

Edmarlo: ATE 12:00 hrs ~ [CS]
#140312 -12:00 -0 [CS]

brasil mulher

Abril de 79/Ano 4/Nº 15

Cr\$ 8,00



1979:

Se é o Ano
Internacional da Criança,
é o Ano da Creche

Páginas 6 e 7

GREVE:

Foram as mulheres
que pararam
a Pirelli

Página 9

E MAIS:

Encarte Especial
sobre o 1.º Congresso
da Mulher Paulista

Mulher e Debate

A luta pela emancipação da Mulher tem surgido em várias partes do mundo. E quase sempre tem apresentado aspectos polêmicos que deverão ser equacionados através de amplos debates.

Portanto, pretendemos que esta página seja um canal para veicular as mais diversas idéias. Ela está aberta a pessoas e entidades que queiram colaborar.

Começamos apresentando um resumo do Programa da Sociedade Brasil Mulher, aprovado na última Assembléia Geral da entidade, realizada em janeiro de 1979.



EXPEDIENTE

Conselho Deliberativo da Sociedade Brasil Mulher:

Beatriz do Vale Bargieri (presidente), Rosalina Santa Cruz Leite (diretora de integração e participação), Amelinha Almeida Telles e Iara Areias Prado (diretoras de publicações), Elza Machado (diretora administrativa), Ieda Maria B. Areias, Ângela Borba, Elizabeth Sardelli e Lúcia Arruda.

Diretora Responsável: Leda Beck, matrícula sindical 4984

Editoras: Amelinha Almeida Telles e Iara Areias Prado.

Redação: São Paulo: Amelinha Telles, Ana Maria Silva, Cecília Wetten, Elizabeth Sardelli, Flávia Amaral Rezende, Iara Areias Prado, Maria Elisa Leonel, Mirtes Leal, Marise Egger, Rachel Moreno e Vera Lúcia. São Carlos: Berenice. Rio de Janeiro: Madá Barros, Maise Abreu, Rosa Guilhon, Rita Motta e Sílvia Bregman. B. Horizonte: Célia, Livia e Neusa. Colaborador especial: Flávio Diegues. Arte: André Boccato, Cida Spínola e Kélio. Fotos: Jesus Carlos, Kapa, Leda Beck e Rosa Gauditano.

Diagramação e Secretaria Gráfica: Fábio Departamento Jurídico: Márcia Ramos de Souza e Luiz Eduardo Greenhalg. Composição: Afa, Av. da Liberdade, 704 - São Paulo

Tiragem: 10.000 exemplares. Sociedade Brasil Mulher: Rua Fidalga, 548, sala 16; CEP 05432 — Vila Madalena — São Paulo. Caixa Postal 19.238.

Abril de 1979



Assine **Brasil Mulher**, o «nânico» da mulher trabalhadora. Com seu apoio este jornal vai ficar melhor ainda. A imprensa independente depende de você: **colabore!**

Nome: Profissão:
Endereço:
CEP: Cidade: Estado:
Observações:

Basta enviar um cheque nominal ou vale postal endereçado à Sociedade Brasil Mulher: Rua Fidalga, 548, sala 16, Vila Madalena, São Paulo (SP)

Assinatura anual: Cr\$ 100,00, semestral: Cr\$ 50,00
Apoio: Cr\$ 200,00
Exterior: assinatura semestral US\$ 8,00
anual US\$ 15,00

A Sociedade Brasil Mulher tem como objetivo fundamental a luta pela emancipação da mulher.

A SBM defende que a luta pela emancipação da mulher está diretamente associada à luta pela transformação da sociedade. E o desenvolvimento da consciência e da organização da mulher significará o aumento das forças que trabalham na construção de uma sociedade na qual os trabalhadores e demais setores explorados tenham os seus interesses atendidos.

A SBM defende que a emancipação da mulher não se fará antes da libertação dos setores mais explorados da sociedade; mas a mulher tem que começar desde já a sua luta, pois há séculos são oprimidas, desde a divisão da sociedade em classes.

A SBM combate vigorosamente a visão de um feminismo distanciado da luta de classes, pois entende que, embora sejam todas as mulheres que sofrem algum tipo de discriminação nesta sociedade, em função de seu sexo, isto não significa que todas sofram pressões idênticas, nem que possuam os mesmos interesses em função de sua classe.

A SBM defende que a luta feminista no Brasil, hoje, está necessariamente incorporada à luta de todos os setores populares pelo fim da ditadura militar.

A SBM se propõe a trabalhar prioritariamente com as mulheres trabalhadoras: operárias, assalariadas, donas de casa, aproximando-se, de forma sistemática, de mulheres nos bairros, sindicatos e outras entidades. Também nos propomos a atuar nas áreas de profissionais liberais, estudantes, etc.

Para atingir este objetivo, é necessário que seu programa contenha reivindicações específicas de interesse das mulheres, mas também as reivindicações mais sentidas pela população brasileira.

No Brasil, tem crescido a participação de mulheres nos movimentos populares, chegando muitas vezes a desempenhar um papel de destaque. É o caso dos movimentos por melhores condições de vida nos bairros (creche, escola, água, etc.), o Movimento Contra a Carestia, o Movimento pela Anistia, nos movimentos grevistas, nas fábricas e escolas, onde a atuação da mulher, em alguns casos, foi decisiva. Mais recentemente, o 1.º Congresso da

Mulher Paulista marcou um avanço na luta feminista.

A partir destes acontecimentos, estão criadas as condições para o surgimento de um amplo movimento de mulheres, quando mulheres da periferia e do centro de São Paulo se unem e constatarem ter muitos problemas comuns.

Diante deste quadro é que a SBM se propõe a um trabalho com mulheres, cujas preocupações principais são:

- Levantar os problemas específicos da mulher, contribuir para suas resoluções, incentivar e organizar as mulheres, fortalecendo sua organização em entidades e associações.

- Denunciar incessantemente os problemas que as mulheres trabalhadoras sofrem, em função de sua classe social e de sua condição feminina.

- Unir esforços para fortalecer a luta pela emancipação da mulher no Brasil, com o objetivo de criar uma única entidade que coordene as mais diversas iniciativas, sem que cada entidade perca suas características próprias.

- Ampliar e estreitar contatos com os mais diversos grupos de mulheres no mundo inteiro, em especial na América Latina, trocando contribuições, experiências e desenvolvendo debates sobre a linha do movimento feminista, respeitando sempre as realidades específicas de cada país.

A SBM está aberta a todos os interessados em trabalhar com mulheres, com os propósitos descritos acima. Sua plataforma de lutas contém os seguintes pontos:

- Equiparação salarial entre homens e mulheres;

- Pelo aprendizado profissional às mulheres;

- Instalação de creches gratuitas nos locais de trabalho e moradia;

- Contra o uso de anticoncepcionais sem assistência médica, frequente e gratuita; contra o Programa de Gravidez de Alto Risco;

- Por melhores condições de vida, que permitam ao casal optar por ter ou não ter filhos;

- Por Liberdades Democráticas (liberdade de manifestação, de reunião e de organização);

- Por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos;

- Por uma Constituinte Democrática e Popular;

- Pelo fim do regime militar.

Em São Paulo

A principal manifestação brasileira do Dia Internacional da Mulher ocorreu em São Paulo com o ato de encerramento do 1º Congresso da Mulher Paulista, realizado no Teatro Ruth Escobar.

Contando com a participação de 1.000 mulheres foi apresentado o documento que sintetizou as conclusões dos debates realizados nos dias 3 e 4 de março (ver encarte especial neste número).

Uma outra comemoração foi realizada na Câmara Municipal. Organizada pelo Movimento Feminino pela Anistia-SP, contou com a participação da Comissão de Justiça e Paz, Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos e o Movimento de Renovação Cristã. Na ocasião, a Profa. Sílvia Pimentel, da PUC, realizou uma palestra sobre o Dia Internacional da Mulher.

Na igreja de São Miguel Paulista, bairro da periferia de São Paulo, cerca de 400 mulheres que participam dos Clubes de Mães da região, comemoraram o 8 de Março fazendo uma avaliação das lutas travadas em 1978 e propondo novas reivindicações para 1979.

Na cidade de São Carlos, o dia 8 de Março foi comemorado por mulheres de vários setores, entre elas a vereadora Miriam Schiel. Como preparação da comemoração foi lançado um manifesto e várias entidades passaram filmes que tratavam da situação da mulher brasileira hoje.

Como encerramento, o núcleo do Brasil Mulher na cidade, promoveu um debate, realizado na Câmara Municipal, que contou com a participação do MFA de São Carlos, MFA de Araraquara, Associação de Decentes da Universidade Federal de São Carlos e da União Municipal dos Estudantes de São Carlos.

No Rio

Foi realizado no Rio, do dia 8 ao dia 11 de março um Encontro Na-

8 de Março

Neste ano, o Dia Internacional da Mulher foi comemorado em quatro capitais do país: São Paulo, Rio, Minas e Bahia demonstrando claramente o aumento da participação das mulheres brasileiras.

cional de mulheres, organizado pelo Centro da Mulher Brasileira. Além do grupo organizador do Encontro, mas de dez grupos de mulheres se apresentaram, sendo quatro do Rio, quatro de São Paulo, um do Rio Grande do Sul e um de Pernambuco. Outras entidades que trabalham não apenas com mulheres, e ainda um jornal para mulheres, de Alagoas — GERAÇÃO — também puderam se expressar.

Durante os 4 dias de realização do Encontro, foram debatidos os seguintes temas: Mulher e Trabalho, Sexualidade, Mulher e Política e Feminismo.

No último dia foi aprovado por unanimidade o documento final tirado no 1º Encontro da Mulher Paulista, com alguns pequenos adendos.

Embora estivessem presentes mulheres de vários estados e diferentes entidades, o Encontro careceu de representantes dos setores sociais aos quais pertencem a maioria das mulheres brasileiras, tais como operárias, domésticas e donas de casa dos bairros pobres. Isto ficou evidente, quando um grupo se reuniu para discutir a situação da doméstica e não havia sequer um representante da categoria presente.

Em Minas

As metalúrgicas de Belo Horizonte e Contagem comemoraram,

em seu Sindicato, o Dia Internacional da Mulher. O Sindicato dos Fumageiros, das Assistentes Sociais e dos Jornalistas estiveram presentes.

Cerca de 200 mulheres discutiram suas principais reivindicações: "integração da mulher nas lutas sindicais"; "salário igual para trabalho igual"; "contra o trabalho noturno" e "creches nos locais de trabalho". Vários depoimentos foram dados pelas metalúrgicas, denunciando a sua precária condição de vida e trabalho.

O grupo de teatro Resistência, da UFMG, apresentou uma peça tratando dos problemas que a mulher metalúrgica enfrenta hoje, dentro e fora das fábricas.

Todas as metalúrgicas consideraram a manifestação muito importante se dispuseram a trazer outras companheiras de fábricas para participarem da próxima reunião, marcada para o dia 1º de abril de 1979. Segundo Efigênia, que há algum tempo batalha no Sindicato, a "comemoração foi um marco para a criação do Departamento Feminino do Sindicato. Esta batalha da gente vem de uma necessidade de organização da mulher metalúrgica dentro das fábricas. A mulher nas fábricas é duplamente explorada: o salário é mais baixo, há uma série de perseguições e estas reuniões, estes debates, têm o sentido e o objetivo de organização da gente dentro das fábricas e dentro do Sindicato



para levar estas lutas adiante e procurar dentro disso criar melhores condições de vida e trabalho para a mulher trabalhadora do Brasil".

Na Bahia

Em Salvador, o Núcleo Baiano do Movimento Feminino Pela Anistia promoveu uma discussão sobre o tema: "Ser Mulher na Bahia", como comemoração ao dia 8 de Março.

Várias mulheres, entre as quais, uma juíza de trabalho, uma artista plástica, uma socióloga, uma colaboradora de ônibus e uma professora, apresentaram ao público, suas experiências de vida na sociedade baiana.



Ato de encerramento do 1º Congresso da Mulher Paulista, no dia 8 de Março.

FATOS

BELO HORIZONTE — METALÚRGICAS CRIAM DEPARTAMENTO FEMININO

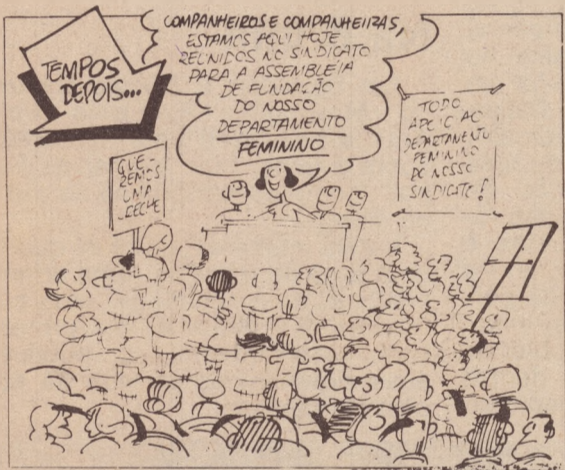
«Na minha seção, eu faço o mesmo trabalho que um cara e ele ganha mais do que eu. A única diferença é que ele produz peça de um tipo e eu de outro, mas na mesma máquina. Este foi o desabafo de uma operária da Nansen, na Assembléia das Metalúrgicas que se realizou no dia 18 de fevereiro, em B. Horizonte (M.G.)

Este fato foi uma novidade em Minas, pois pela primeira vez as metalúrgicas se reúnem para debater os problemas vividos nas fábricas e em casa.

Durante a Assembléia, cada depoimento era como uma pincelada no triste quadro em que vivem a maioria das trabalhadoras de nosso país: a super exploração, as péssimas condições de trabalho e a discriminação nas oportunidades de emprego e salário.

É neste momento, quando os trabalhadores brasileiros mostram sua força não mais aceitando passivamente situações como estas, que também as mulheres trabalhadoras se unem na luta contra a exploração.

Foi dentro deste espírito que as metalúrgicas mineiras criaram um departamento feminino no sindicato, dispostas a lutar para que ele se torne mais um veículo de expressão de seus anseios e possam juntas com seus companheiros conquistar seus direitos.



Um trabalhador que fica oito horas por dia em seu serviço, trabalha 192 horas por mês. O DIEESE fez as contas e viu que, em fevereiro, 145 horas e quinze minutos era o tempo de trabalho necessário para o trabalhador em S. Paulo abastecer sua família só de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Então com o restante do salário (referente a 47 horas de trabalho) ele teria que pagar condução, aluguel, água, luz, remédios, escola, roupas e tudo mais que precisar. O resultado é que para pagar tudo isso (ou só o aluguel, que anda muito caro), o trabalhador acaba não podendo comprar nem o que necessita de alimentos, o que justifica dizer: os salários atuais são de fome mesmo.

Mas, nem era preciso essa teoria toda para comprovar isso; basta ver como estão aumentando as favelas, como os trabalhadores e suas famílias estão mal alimentados e doentes e como há cada vez mais menores abandonados por falta de condições econômicas da família.

E por fim, as coisas continuam piorando, pois o custo de vida ainda aumentou 5,91%, o maior aumento nos últimos 12 anos.

LAVRADORES X USINEIROS

Cerca de 400 pessoas, moradores nas loca-

lidades de Coqueirinho e O Cachorrinho (município de Pedras de Fogo — PB) estão ameaçadas de despejo promovido pela Usina Central Olho D'Água, empresa de Pernambuco e que estaria ligada ao grupo canadense BRASCAN. A maioria dessas pessoas vivem na região há mais de 20 anos. Mesmo assim a Usina comprou as terras sem consulta aos moradores. Isso foi em 1975 e desde essa época, os lavradores não tem mais sossego. Sofrem constantes ameaças até que em fevereiro último, forças policiais, armadas de fuzis e metralhadoras, juntamente com um oficial de Justiça, fizeram o despejo da lavradora D. Dionila Otávia da Silva, viúva de 68, anos, destruindo também sua casinha de taipa. Os lavradores de imediato, procuraram ajudá-la. Mas tal violência ocorreu com outros moradores, provocando prisões de vários camponeses, no quartel de João Pessoa. As forças populares, no entanto, tem prestado grande solidariedade a esses agricultores. Na capital do Estado, organizou-se um Comitê de Apoio à Luta dos Lavradores, que realizou um ato público com a presença dos bispos. D. José Maria e D. Marcelo Carvalheira, do deputado paulista João Cunha e com público de centenas de pessoas.



ELEIÇÕES DIRETAS, SIM

O povo quer participar. E tem motivos e razões muito fortes: os moradores da Favela Unidos do Butantã por exemplo, foram até o prefeito de S. Paulo e não foram recebidos. Por que? «Porque ele não foi votado por nós» — respondeu o representante da favela presente ao Ato Público pelas Eleições Diretas realizado em São Paulo, dia 12 de março — «porque se ele fosse, ele tinha aceito a nossa proposta de urbanizar a cidade. E é por isso que nós favelados estamos apoiando as eleições diretas, para quando ocorrer uma necessidade desta, o povo seja atendido e não tratado que nem cachorro».

E nós mulheres desta vez botamos para quebrar. Uma representante da periferia de S. Paulo falou «por todas as mulheres que tem que deixar seus filhos em casa e ir em busca de melhores salários», E perguntou: Então o que a gente tem que fazer? é ficar quieta? Não, de jeito nenhum. Nós temos que lutar. Lutar por eleições diretas para prefeito».

Está ocorrendo um abaixo-assinado por São Paulo. Devemos levar milhões de assina-

turas para mostrar para estes biônicos que não os queremos para nos governar.



DEU MACACA NA REVISTA

É bem comum a prática de revistar os trabalhadores à saída das empresas. Mas essa revista, pelo que temos notícia, tinha sido até agora feita por funcionários, fiscais ou agentes. Não é o que acontece com as cobradoras dos ônibus da Viação Nossa Senhora da Penha, de Nova Iguaçu (RJ), pois elas são diariamente revistadas pela macaca amestrada Sabrina. Verdade! Inclusive o Sindicato dos Condutores Rodoviários já constatou vários casos em que as cobradoras foram arranhadas e ficaram com as roupas rasgadas depois da revista. Para os gerentes da empresa, a Sabrina "é um animal inofensivo e só gosta de brincar". No entanto, ameaçam as cobradoras, caso elas apresentem queixa ao sindicato. (Estado de S. P. 23/3/79).



A QUEM AGRADOU O AUMENTO DO LEITE?

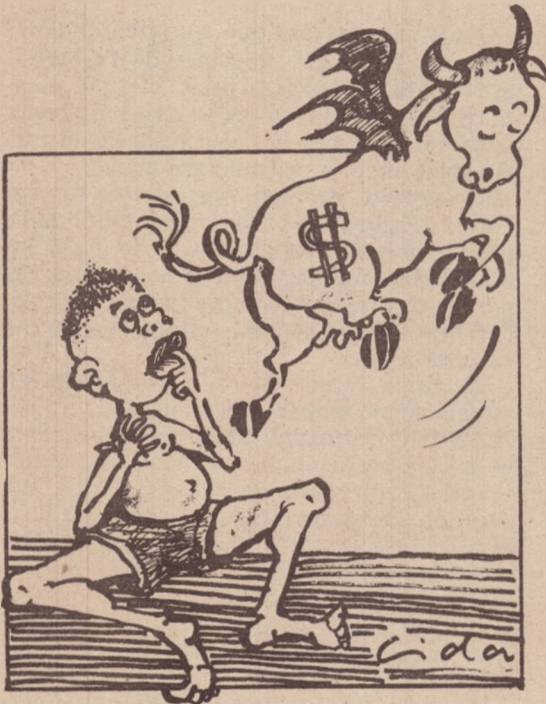
A partir de 1º de abril, o leite subiu para

FATOS

Cr\$ 6,20, o litro e em julho sofrerá o 2º aumento, quando, então, custará Cr\$ 7,20.

De acordo com declarações do Presidente da CBCL (Confederação Brasileira de Cooperativa de Laticínios) o aumento não agradou aos produtores, pois "a taxa inflacionária calculada pelo governo vai além dos 40%." Aos comerciantes de leite (na maioria, donos de padaria), também não agradou, pois o aumento do preço do leite diminui sua margem de lucro e por isso ameaçam parar de vender o produto, o que já ocorreu recentemente em Curitiba.

E os consumidores? Ainda ninguém ouviu, mas certamente vai ter mais crianças sem leite.



COMISSÃO ESPECIAL APURA VIOLÊNCIA

Em Brasília, no dia 28 de março, instalou-se uma comissão especial designada pela liderança do MDB na Câmara, com o objetivo de recolher dados a respeito de violência cometida pelo Estado contra prisioneiros políticos e comuns.

Com base nesse trabalho é que deverá ser constituída a CPI dos direitos humanos.



A VITÓRIA DOS PROFESSORES NO RIO

Durante duas semanas, a partir de 12/3, quase 90.000 professores das escolas estaduais e municipais do R.J. entraram em greve, reivindicando melhores condições salariais e de trabalho.

Foi um período de luta árdua, no qual a categoria, composta em sua maioria por mu-

lheres, demonstrou sua capacidade de união e o crescimento da consciência trabalhadora. A greve terminou vitoriosa. O governo comprometeu-se a pagar os pisos salariais exigidos e, no prazo de 30 dias, definir a regulamentação do Estatuto do Magistério. Portanto, o momento é de expectativa e a mobilização se mantém.

QUESTÕES FEMINISTAS APROVADAS PELO PCI

Embora alguns líderes de grande importância, como Giancarlo Pajette e Giorgio Amendola, votassem contra as emendas feministas, elas foram incluídas nos documentos oficiais do Partido Comunista da Itália (PCI). E são:

- o movimento operário italiano deve lutar de maneira clara e limpa por uma relação entre homens e mulheres que supere a secular divisão de papéis;

- assegurar condições que permitam às mulheres expressar sua vontade para que se libertem de toda opressão, inclusive a que se produziu historicamente no domínio do sexo.

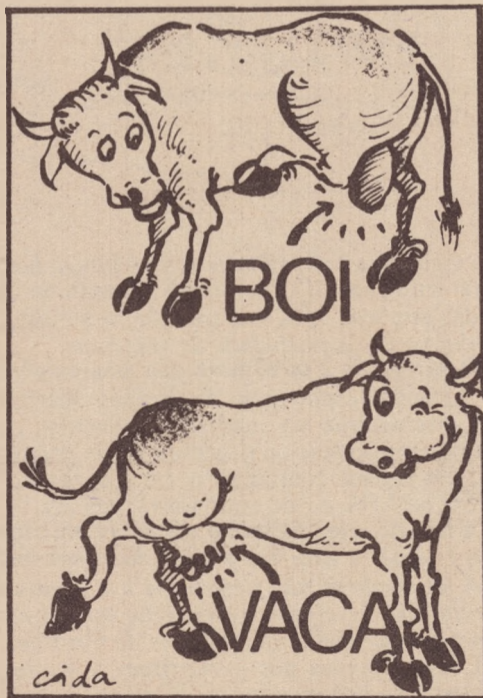
GREVE NA SOUZA CRUZ

No Rio de Janeiro, os operários da Souza Cruz entraram em greve para reivindicar aumento salarial, estabilidade para gestante e direito ao adicional de insalubridade. No entanto, a greve foi considerada ilegal pela Delegacia Regional do Trabalho. O presidente do Sindicato, Altair Welick, acatou essa decisão e os operários tiveram de voltar ao trabalho, no dia 8 de março, quando houve mais de 60 demissões.

GERAÇÃO: MAIS UM ALIADO

Tratando de assuntos da mulher e lhe levando determinados questionamentos, «o que irá forçosamente fazê-la tomar novas atitudes frente ao mundo, como mulher e como pessoa», foi lançado em Maceió o Jornal «Geração». Em seu primeiro número, há matérias sobre prostituição, a luta das professoras por seus direitos, o custo de vida, mulher e política e outras.

Para maiores informações, o endereço é: Edifício Breda, 3º andar, salas 305 e 306 — Maceió — AL.



QUAL A DIFERENÇA ENTRE UM BOI E UMA VACA?

A carne bovina teve mais uma vez sua crise agravada. No comércio desse produto, a posição do Brasil se inverteu — passou de exportador a importador. Isto porque houve abatimento indiscriminado nos últimos anos, principalmente de fêmeas, segundo declarou o ministro da agricultura, Sr. Delfim Neto.

Mas será que os governantes brasileiros não estão mais distinguindo um boi de uma vaca?

A JUSTIÇA É CEGA? MAS SÓ PARA ALGUNS

Está de novo no Brasil, a irmã Maurina Borges da Silveira, que passou nove anos exilada no México. Chegando aqui, teve que ir à Justiça Militar para depois depor sobre um processo que estava parado desde quando ela saiu do país, trocada com muitos outros presos pelo cônsul japonês, que havia sido sequestrado.

Relembrando os episódios que provocaram a sua prisão, lembrou também das torturas que sofreu. Entre os torturadores estava o delegado Sérgio Fleury, conforme ela própria declarou. No entanto, nenhuma providência foi tomada pela Justiça contra o torturador.

NÃO ENTENDEU NADA

O Sr. Walter Schmeiske (Ourinhos, Sp) escreveu a seguinte carta para a Folha de S. Paulo, depois do 1º Congresso da Mulher Paulista:

"Sinceramente não consigo entender esse Congresso Feminino, ou qual sua finalidade. Tenho visto homens morrerem ou ficarem inutilizados de tanto trabalharem para dar conforto às suas mulheres, e elas pedem igualdade? Igualdade de quê? De morrerem trabalhando? Conheço muitos chefes de família, principalmente professores, e os coitados não conseguem emprego, porque estes estão sendo ocupados pelas mulheres, muitas das quais nem precisam de trabalhar, por serem ricas ou esposas de homens ricos. E depois de tirar a vaga de um coitado qualquer, e satisfeito seu capricho, elas entram em licença, acarretando uma série de problemas para os alunos e mães. Será que não são os homens que precisam fazer um congresso?" (Folha de S. Paulo 13/03/79).

Sim senhor Válder, os homens precisam fazer não um, mas muitos congressos, para não precisarem "morrer ou ficar inutilizados de tanto trabalhar". E, certamente, as mulheres os apoiarão, pois o que queremos é que ninguém precise fazer isso — morrer de trabalhar. Poderíamos lutar juntos por melhores condições de trabalho, melhores salários, etc. e — sem preconceitos — em pé de igualdade.

Uma comissão de telefonistas entregou, na manhã do dia 28/03, no Gabinete do prefeito de São Paulo, um memorial onde explicam a situação que atravessam e pedem aumentos salariais. As 300 telefonistas municipais ganham um salário de Cr\$ 3.363,00 e não recebem aumento desde 1974!

MULHERES DE GUARULHOS, ATENÇÃO!

As reuniões do Departamento Feminino da Casa de Cultura Paulo Pontes, de Guarulhos, são realizadas todos os domingos às 10 horas, na sua sede, à Av. Otávio Braga de Mesquita, nº 27 (ao lado da igreja de Vila Fátima).

1979. Se é o Ano Internacional da Criança, é o ANO DA CRECHE

A lei de creche não existe. Leia aqui a radiografia do artigo 389 da CLT que, afinal, não regulamenta a existências de creches, e como funcionam as creches em São Paulo e depoimentos de moradores do Jardim Miriam, Parque Bristol, Cidade Ademar, São Carlos e do pessoal da SERPRO do Rio.



A instalação de creches gratuitas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica, foi a reivindicação prioritária, levantada por mais de 700 mulheres durante o 1º Congresso da Mulher Paulista.

As mulheres sabem que é uma luta difícil mas tem que ser enfrentada e não apenas por elas mas pelos homens e por toda a sociedade. Há bairros em S. Paulo que lutam há mais de 6 anos e até agora não conseguiram nenhuma creche. Outros começaram a luta há menos tempo. Mas já sentiram a grande má vontade das autoridades para resolver esse problema. O início dessa luta é geralmente igual nos vários bairros:

— Abaixo-assinados dos moradores que solicitam a creche e que, a maioria das vezes, ficam engavetados, esquecidos pelas autoridades responsáveis.

— Comissões de mães que vão à Prefeitura e ouvem sempre a mesma resposta: «Não temos verba para creches».

Dia 20, começamos tudo de novo juntas
Agora, no entanto, a luta por creches tem possibilidade de tomar novo impulso. A partir do I Congresso da Mulher Paulista, teve início um movimento por Creches que vem contando com a participação de dezenas de entidades de bairros e sindicatos. A perspectiva desse movimento é unir todos os interessados pela creche, ampliar a luta e levantar essa reivindicação de forma mais abrangente, durante o ano de 1979 — Ano Internacional da Criança. O sindicato dos Bancários ofereceu sua sede para as reuniões das entidades que, no dia 20 de abril, vão reunir para traçar um programa comum de luta.

Uma das primeiras necessidades do movimento que surge é a de conhecer melhor a situação geral das creches. Por isso o BM apresenta um resumo do trabalho da socióloga Marise Egger, do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, que fornece importantes esclarecimentos sobre a situação de creches em São Paulo.

O tal artigo 389 não funciona
A legislação trabalhista, através da CLT, define em seu artigo 389, parágrafo 1, como obrigação as empresas onde trabalham 30 mulheres ou mais com idade superior a 16 anos, a manutenção de «local apropriado onde seja permitido às empresas guardar



seu vigilância e assistência os seus filhos, no período de amamentação». (O a 6 meses). Quanto ao atendimento das crianças após este período, a lei não determina nenhuma obrigatoriedade às empresas.

O parágrafo 2 determina que essa exigência «poderá ser suprida por meio de creches distritais, mantidas diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESC, do SESC da LBA ou de entidades sindicais.

A lei não regulamenta a distância máxima que deve existir entre a empresa e a creche conveniada. A lei também não determina a obrigatoriedade da divulgação do endereço da creche conveniada junto às funcionárias que tenham filhos de 0 a 6 meses.

E as empresas que cumprirem a lei recebem um diploma de benemerência; — as que não cumprirem pagam uma vultuosa multa de 1/5 a 2 salários mínimos regionais «mais ou menos de 300 a 3.000 cruzeiros». Resultado: aliado ao fato de a maioria das trabalhadoras desconhecerem a existência da lei 389, sendo portanto ineficiente a absoluta falta de fiscalização por parte das Delegacias Regionais do Trabalho, os empresários não se sentem na obrigação de cumprir esses dispositivos legais.

Quais as empresas que cumprem a lei? Ninguém sabe, nem Delegacias Regionais do Trabalho, Sindicatos, Federação das Indústrias, etc... E essa situação vai continuar enquanto as próprias mulheres que trabalham nas empresas com mais de 30 funcionários não começarem a reclamar em massa.

100 crianças precisam, mas só uma consegue
Em S. Paulo, há 117 Parques Infantil da Prefeitura, que comportam 34 mil crianças de 3 a 6 anos. Esses estabelecimentos localizam-se nos bairros centrais e a maioria das vagas não se destinam a período integral. Portanto, não resolvem os problemas da mulher que trabalha fora.

Há, ainda, escolas da Prefeitura, que instalaram um sistema de atendimento às crianças de 3 a 6 anos — o PLANEDI. Deveria atender os irmãos menores daqueles que já frequentam o 1º grau. Na falta de salas especiais, utilizam-se de pátios cobertos, salas, auditórios ou outras áreas livres. As crianças ficam poucas horas na escola. Além disso, é exigido que as mães façam um rodízio e ajudem as professoras a cuidar das crianças (o PLANEDI contrata apenas uma professora para cada 120 crianças). Esse sistema também não serve para as mães trabalhadoras, pois não podem faltar no emprego algumas vezes durante o mês.

Os centros infantis da COBES (ex-Secretaria do Bem Estar Social Prefeitura), num total de 103 estabelecimentos, em regime de semi-internato, atendem crianças de 0 a 6 anos, cujas famílias vivem de uma renda mensal de até quatro salários mínimos. São atendidos através desses centros, 9.103 crianças.

No entanto, quantas crianças de 0 a 5 anos existem em S. Paulo, filhos de mães que trabalham?

Segundo dados da Fundação Carlos Chagas, aproximadamente 1.488.429 (quase um milhão e meio). Filhos de mães que trabalham e recebem salários baixos são por volta de 980.276 (quase um milhão), isto quer dizer que para cada 100 crianças, apenas uma consegue se matricular.

E como estão funcionando essas creches?

A COBES mantém três tipos de creches:
1 — Creches diretas - aquelas que são administradas diretamente pela Prefeitura. São constituídas, equipadas e administradas pela própria prefeitura. São em número de quatro apenas. Desde 1972 que não se construiu mais nenhuma. Para a Prefeitura, o custo mensal de cada criança é de aproximadamente Cr\$ 1.400,00 (valor padrão).

2 — Creches indiretas - aquelas que são administradas indiretamente. São constituídas e equipadas pela Prefeitura, que mantém convênios com entidades parti-



culares, que são obrigadas a cuidar da administração. O convênio funciona da seguinte maneira:

A Prefeitura paga a metade do custo mensal de cada criança, ou seja, aproximadamente Cr\$ 700,00 para 70% das crianças que frequentam a creche. Isto quer dizer que a entidade tem que arcar com os gastos e despesas integrais de 30% do total das crianças e metade do custo por cabeça do restante das crianças. São em número de 20 as creches desse tipo.

3 — Creches particulares — são aquelas em que as

entidades particulares (na sua maioria de trabalhadores) são responsáveis pelo prédio, equipamentos e administração. Recebem apenas um apoio financeiro da Prefeitura, como as creches indiretas. São em número de 78.

Segundo a socióloga Marise Egger, «a injusta distribuição de renda em nosso país obriga hoje mulheres e crianças a saírem de casa em busca de emprego para se sustentarem. Portanto, cabe aos poderes públicos a responsabilidade de dar as garantias mínimas para aqueles que estão vivendo esta opressora realidade».

ATÉ NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS É RUIM

O Hospital das Clínicas mantém creche e parque infantil através de convênio com a Prefeitura, para atender os filhos de seus funcionários.

Crianças com menos de 3 anos têm direito à creche. Acontece que só existem 250 vagas, para mais de 6 mil funcionários, cuja principal reivindicação, entre outras, é a construção de uma creche com maior capacidade.

E tem mais problemas:
— No Parque Infantil são cinco professores para atender 200 crianças e um banheiro para cada 100 crianças.

— As instalações são precárias: as salas ficam alagadas quando chove.

— O horário de atendimento das crianças não corresponde ao horário de trabalho dos pais. Após as 17 hs. as crianças ficam nas salas de trabalho dos pais, correndo risco de contaminação.

Diante disso, os funcionários do hospital fizeram um abaixo-assinado, em janeiro, encaminhando à Divisão de Assistência Técnica do HC, exigindo providências à Secretaria de Educação.



REUNIÃO : DIA 20/4,
ÀS 19:30HS, NO SINDICATO
RUA SÃO BENTO, 365 - 20.

ORIENTAR NA EDUCAÇÃO DOS FILHOS, É SUBVERSÃO?

Está com a palavra Cidinha, moradora da Cidade Ademar: «No nosso bairro, a creche tinha, inicialmente, um convênio com a Prefeitura. Mas cancelaram o convênio. Por que? Nós dávamos um curso de orientação para os pais sobre a melhor forma de educar os filhos. E isto foi considerado «subversivo». Hoje a creche é mantida pela comunidade. As mães dão trabalho voluntário e fazem campanha do quilo para arrecadar os alimentos necessários às crianças».

D. Maria, da região leste de S. Paulo, reclama de uma creche que há mais de quatro anos funciona em convênio com a Prefeitura: «Mas a Prefeitura assume mal. O pessoal — médico, pedagoga, nutricionista — só passa lá de vez em quando. Não dá nem pro cheiro. Até o dinheiro que dão chega com atraso».

PARA A PREFEITURA, PRIORIDADE NÃO É CRECHE

«Na nossa região tem 30 mil crianças e nenhuma creche», diz Leonor do Parque Bristol, durante a primeira reunião do Movimento de Creches. «Fomos até a Prefeitura e o funcionário nos informou que não tem verba nem terreno, nem para construção do prédio. Disse também que, este ano, a prioridade não é creche e sim salão comunitário.»

«MÃES SUBSTITUTAS EM S. CARLOS»

Mulheres do Clube de Mães do Jardim Sta. Maria e de outros bairros vizinhos, na cidade de S. Carlos reclamam da falata de creche. Através de coleta de assinatura, formação comissões, reuniões de moradores com representantes da Prefeitura, a luta vem crescendo. Exigem que a Prefeitura faça uma creche no terreno desapropriado pelo município há mais de 11 anos para este fim. Por iniciativa da LBA, houve, no local, a implantação de um programa de «mães substitutas», moradoras do bairro que tomam conta das crianças na sua própria casa e recebem, por criança, Cr\$ 500,00. Esse programa não resolve o problema da falta de creche, pois são muitas as crianças necessitadas. Não oferece boas condições de alimentação nem assistência médico-pedagógica.

AS CRECHES PREOCUPAM AOS HOMENS

A mobilização de um grupo de funcionários do SERPRO (Serviço de processamento) para obter da administração da empresa a garantia de um espaço para creche, no novo edifício-sede, foi o primeiro passo para começar um movimento de creches, no Rio.

Entidades como APPD (Associação dos Profissionais de Processamentos de dados), Centro da Mulher Brasileira e a Sociedade Brasil Mulher aderiram ao movimento para pressionar o governo e as empresas na criação de creches. No dia 18 de abril, realiza-se a primeira atividade desse movimento com a palestra «A Necessidade Da Creche Hoje», no auditório da APPD, à R. da Lapa, 80/11º andar — 19 horas — Rio de Janeiro.

NO JARDIM MIRIAM, UM PEDÁGIO PELA CRECHE

«A creche é necessária para todos. Até para os pais de famílias que levam uma vida dura e que não tem tempo para os filhos. Numa creche essas crianças podiam ser melhor cuidadas e ter melhor saúde», é o que os moradores falavam aos motoristas que paravam seus veículos para contribuir com o movimento, no último dia 25 de março.

Com o dinheiro arrecadado, os moradores pretendem organizar uma grande caravana de moradores para irem até ao Prefeito e exigir a creche.

As ilustrações desta página fazem parte da convocatória da Coordenação do 1.º Congresso da Mulher Paulista para uma reunião de todos os interessados na luta por creche.

Local: Rua São Bento, 365 - 20.º andar - São Paulo
Horário: 20 de Abril, às 19:30 horas.



Um balanço do movimento dos metalúrgicos do ABC e a participação da Mulher

Greve geral a zero hora

Os metalúrgicos do ABCD, reunidos em Assembleia Geral, no dia 12 de março, decidem parar as máquinas. Só que desta vez vão apenas cruzar os braços, mas ficarão fora das fábricas. «Não voltar a trabalhar sem consultar os Sindicatos», «não aceitar provocações», organizar-se nas fábricas, realizar piquetes, são as principais medidas que foram tomadas pelos 200 mil trabalhadores na mais longa greve depois de 1964.

Os trabalhadores pediam 78% de aumento, sem desconto do aumento de 11% conseguido o ano passado; delegado sindical com estabilidade e piso salarial de três salários mínimos. Com o decorrer da greve, mais duas reivindicações surgiam: o pagamento dos dias parados; e a suspensão da intervenção do Sindicato, ocorrida no dia 23 de março.

Apesar da intervenção decretada pelo Ministério do Trabalho, a greve não parou. O tiro saiu pela culatra!

A solidariedade da população veio a tona. Ato público em todo o Brasil, principalmente em São Paulo. Na capital paulista, em uma tarde, amplos setores da sociedade se organizaram, saíram as ruas distribuindo convocatórias para o Ato público na Câmara Municipal. Neste ato 5 mil pessoas repudiaram mais uma atitude de força do governo que dois dias antes tinha prometido o diálogo até as últimas consequências. Que diálogo! Muitos quiseram puxar greves de apoio, greve geral, passeatas, perdendo de vista que para isso seria necessário que todas as categorias estivessem mais organizadas. O importante na solidariedade, era mostrar «que o povo unido jamais será vencido» e neste momento era necessário a organização e a construção de um fundo material que ajudasse a greve do ABCD.

Formou-se em São Paulo o Comando Geral de

Greve. Ao seu lado, mais de 30 entidades sindicais uniram-se pela reintegração das diretorias depostas, pela elaboração do jornal intersindical UNIDADE SINDICAL e pela arrecadação de fundos para os grevistas do ABCD.

Também os deputados populares do MDB cumpriram seu papel, contribuíram para o fundo da greve, deslocaram-se para as portas de fábricas, onde ocorriam os piquetes, para «controlar», a repressão. O pau comeu em muitos lugares, policiais chegaram até a tirar em muitos momentos, o revólver da cinta. Enquanto isso o governador biônico de São Paulo afirmava «que a greve era caso de polícia». E não abriu mais o bico! Homens e mulheres espancados e presos violentamente pelas tropas de choque que «obedeciam as ordens de Brasília». Mas nem por isso a greve acabou, muito pelo contrário, cresceu ficou forte, madura. Homens e mulheres não se renderam.

A mulher na greve

A mulher teve uma participação muito importante nestes 15 dias de greve: como operárias, mães, esposas, irmãs, participaram dos piquetes das distribuições de alimentos, participaram das assembleias junto com maridos e filhos, e na coleta de dinheiro e mantimentos para o Fundo de Greve. Falaram em ato público de São Paulo com toda a força de combatentes por seus direitos.

«Os operários do ABCD, juntamente com as mulheres mostraram uma fibra incrível. Ela também é responsável pela vitória que vai chegar. Mas homem e mulher unidos nesta luta já conseguiram a maior vitória, que foi perder o medo da polícia, após 15 anos de repressão», afirmou Ana Maria, metalúrgica do ABC

A GREVE ACABOU E AGORA?

Na sexta-feira após o término da greve de São Bernardo, muitas mulheres numa longa fila às portas da Igreja Matriz aguardavam a distribuição de alimentos para as famílias dos metalúrgicos. Seus depoimentos ao BM, mostram, além da sua disposição de luta, as principais dificuldades que a greve colocou: repressão, necessidade de alimentos e de garantias para volta ao trabalho.

Duas Metalúrgicas

«A greve foi boa, muito melhor que trabalhar. Mas agora tem muita gente despedida. Confiar no patrão, já viu né? A gente ganhou muita emoção nessa greve, mas pouca melhora. Agora tem o acordo aí. Se em 45 dias não sair, revolução. Ai nem é greve. É revolução mesmo».

«Os policiais tinham é que cooperar com a gente. Mas eles ficaram de lado dos patrões. Atacam com cachorros e bombas. A gente não é pra ser tratada assim».

«Agora tá todo mundo na expectativa pra ver o que vai acontecer. O ambiente na fábrica é frio, de muita tensão. A gente tá com medo de ser despedido.»

Mulher de metalúrgico da FIBAN — 3 filhos

A greve trouxe coisas boas mas a gente ficou cheio de dívidas. Meu marido foi trabalhar e desde quarta-feira ele vai e volta da fábrica, sempre saber o que vai acontecer com ele, se vai ser mandado embora ou não. Falam que vão pagar

os dias mas não deram nem vale.

Durante a greve, quando meu marido chegava em casa nervoso, eu falava pra ele ir firme, a gente não podia recuar agora. O que eu acho engraçado é que se tem um ladrão a polícia não faz cerco pra prender, mas o trabalhador eles tratam com cachorro e bomba. É uma vergonha isso. A gente tem direito de fazer greve, é o nosso único recurso»

Dona de casa — mãe de metalúrgico da semar - Sto André

«A greve trouxe benefício, porque com o aumento a situação da gente vai melhorar. Greve é importante, mas acho que não devia mandar ninguém embora da fábrica. A gente tem direito de fazer greve. Quando meu filho saía pra assembleia eu ficava com medo, nervosa, não queria que ele fosse. Mas ai ele dizia! não adianta mãe, a gente só volta quando ganhar.»

Mulher de metalúrgico da VOLKS

«A greve foi boa, mas se não sai aumento a gente começa tudo de novo. Não sou contra a greve, mas contra a violência da polícia, que tá pra por medo na gente. Agora a gente aqui, tá passando fome, e os patrões é que deveriam sustentar a gente, foi por causa dele que a gente ficou parada».

Metalúrgica da FRAN — Filtros

«A greve não é bom não. A gente ficou todo esse tempo sem comer. As crianças passando fome, depois mandou gente embora. Acho que a greve não mudou nada. Lá na fábrica metade trabalhou mesmo durante a greve. Eu não fui, mas a metade foi».

Mãe de um metalúrgico da PHILLIPSE outro da FORD

«A greve foi boa, e foi bom também o pessoal voltar a trabalhar. É um voto de confiança. Esperamos que não precise outra greve, mas se precisar, a gente entra de novo».

Mulheres param a Pirelli

Foi um momento de grande emoção quando na Assembléia dos Metalúrgicos 5 operários da Pirelli foram até a frente e falaram: “Temos que agradecer a atuação corajosa dessas mulheres, que pela madrugada foram parar a Pirelli”.



Passou-se o primeiro dia da greve, e a Pirelli não parou. Passaram-se dois, três dias, e nada. Pirelli, uma das fábricas mais importantes de Santo André, com seus 8 mil operários, entre metalúrgicos e borracheiros (estes pertencendo a outro sindicato), não parava. O que será que acontecia?

Saber da greve, todos sabiam. Muitos tinham ido ao sindicato, outros lido no jornal, e muitos viram o primeiro ensaio de piquete de greve, às portas de sua fábrica. Viram os 200 e poucos operários que foram logo no primeiro dia tentar parar a fábrica. E viram também a maneira pela qual foram violentamente reprimidos — uma operária até saiu machucada. Depois daquele dia, ninguém mais teve coragem de desafiar a repressão e voltar a fazer piquete. O medo também tomava conta dos operários da Pirelli, mesmo dos que viam a importância de paralisar a fábrica.

“Afim, paramos ou não a Pirelli?” perguntavam-se todos, indecisos, temerosos.

Nesse momento, as mulheres entraram em cena, decididas, corajosas. E dispostas a demonstrar a sua capacidade de luta. Dez mulheres decidiram parar a fábrica.

“Duvido. Será que essa mulherada

tem condições?” perguntava o próprio diretor de base do sindicato.

No dia seguinte, dia 15 de março, às 4 e meia da madrugada, estavam lá as 10 mulheres fazendo o piquete. Fizeram um cordão em frente à fábrica e falaram para os companheiros: “Em todo o ABC, mais de 170 mil metalúrgicos estão parados para conseguir um aumento de 78%. Os trabalhadores da Pirelli também têm que parar”.

Na cabeça dos operários amedrontados passavam cenas do primeiro dia da greve, reviviam momentos de repressão do primeiro piquete. Abaixavam a cabeça, murmuravam “eu sou borracheiro” e iam entrando na fábrica, um por um, olhando pro chão.

Era um, eram dois, eram três, “eu também sou borracheiro”, “eu também”, “eu também”, até que uma das mulheres perdeu a paciência e gritou:

“Ó gente! Não tem nenhum homem aqui não? É só borracheiro?”

A reação foi imediata: apareceu metalúrgico de monte. E nesse momento, apareceu também a polícia.

As mulheres novamente gritaram: “Aqui não tem assassino, e nem tem ladrão. A luta é por melhores condições de vida!” Isso tranquilizou a massa inquieta de operários. A polícia

veio chegando, mas quando viu que eram “só mulheres”, começaram a falar entre si e se dispersaram. E começaram a passar com o carro de sirene ligada para quebrar o cordão. As mulheres davam passagem e depois voltavam de novo. A adesão a greve crescia. Ninguém entrava na fábrica, e ainda diziam, voltando-lhes subitamente a coragem: “Se a polícia agredir essas mulheres, nós não vamos deixar”.

O piquete de mulheres ficou até às 8 horas, quando entram os mensalistas. Convocaram os trabalhadores para irem todos à Assembléia no Sindicato. E foram indo.

Assembléia cheia, parou ao ver chegar os companheiros da Pirelli para aplaudir a sua adesão à luta. Os aplausos não paravam mais.

Foi o que contou ao **BM** uma das operárias que participou do piquete e que, para não correr o risco de perder o emprego, prefere não ser identificada. E foi um momento de muita emoção, quando mais de 5 homens foram até a frente agradecer as palmas e falaram: “Temos que agradecer a atuação corajosa dessas mulheres, que pela madrugada foram parar a Pirelli”.

Modestamente, elas ficaram em seu lugar. E a assembléia continuou.

Mulheres lutam pelo direito de decidir

O Irã vive momentos revolucionários — amplas camadas da população lutam pela democracia, pela nacionalização do petróleo. A derrubada do governo do Xá das forças democráticas e populares, onde a classe operária teve papel decisivo.

E as mulheres saíram às ruas, enfrentando forças policiais, conscientes de pela libertação dos oprimidos e pela sua própria libertação.

pela liberdade, pela
foi uma grande vitória

que lutavam



Durante cinco dias, a partir do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, as iranianas realizaram uma série de importantes manifestações políticas que reuniu inicialmente 8 mil mulheres crescendo depois rapidamente, levando para as ruas nos últimos três dias cerca de 50 mil manifestantes.

Da mesma forma que em 1891 elas participaram da luta contra o colonialismo inglês, contra seus direitos abusivos na exploração do tabaco, e durante o ano passado se manifestaram contra o regime opressor de Reza Pahlevi elas agora saíram às ruas para destacar e defender "a importância da participação das mulheres nos assuntos da nação, sobretudo nos setores econômicos, social e educacional", conforme diz um comunicado lançado por elas nestes dias.

As passeatas foram organizadas principalmente por duas organizações de mulheres: O Movimento pelo Despertar das Mulheres, e o Movimento das Mulheres Combatentes, cujos membros não apenas tiveram participação ativa na longa sublevação que enfrentou a repressão do exército e a polícia monarquista, como empunharam armas nas batalhas de rua que derrotaram os últimos defensores do Xá e levaram à tomada do poder pelo chefe religioso aiatolá Khomeini e consequente instalação do governo provisório no Irã.

Nas passeatas, as mulheres conduzidas por esses dois movimentos exigiam: direitos civis, igualdade com os homens, liberdade de expressão e de associação, e proteção das autoridades para as mulheres que não usam véus.

Elas explicaram que escolheram o Dia da Mulher "porque esta data marca a grande luta das trabalhadoras americanas e ressalta a solidariedade internacional de todas as mulheres revolucionárias". Para continuar esta tradição, elas conclamavam «todos os homens e mulheres amantes da liberdade a se unirem na luta

contra a discriminação salarial e pela igualdade de direitos» entre os dois sexos.

Essas milhares de mulheres saíram às ruas e se manifestaram em frente do palácio do governo de mãos dadas com alguns homens, sem o véu iraniano que cobre a pessoa dos pés à cabeça, deixando ver apenas uma parte do rosto. Gritavam: «Lutaremos contra o véu», e também: «Lutamos contra uma ditadura e não queremos outra».

Essas duas frases revelam a origem das manifestações e revelam também a complicada luta pelo poder que está em curso no Irã após a revolução, e da qual participaram, mostrando muita combatividade e também muita consequência.

O protesto das mulheres teve origem na aceleração do que ficou conhecido como «islamicização» do Irã: isto é, a tentativa dos líderes religiosos que comandaram a revolução contra o Xá, de instaurar no Irã uma República Islâmica. Isto é, um regime que obedecesse o Corão (livro sagrado dos xiitas, a religião majoritária no Irã) e que também repudiasse os «costumes ocidentais» impostos pela «modernização» do Xá. Quando assumiu o poder, Khomeini tentou forçar este rumo, apressando a adoção de leis baseadas nos ensinamentos religiosos. O protesto das mulheres começou quando ele propôs a volta da *Charia*. Esta lei permite que o homem repudie a sua mulher quando achar que não agiu corretamente, permite que o homem tenha várias mulheres e obriga as mulheres 'honestas' a usarem o véu tradicional que tampa o rosto. A lei também prevê a punição violenta para as adúlteras.

A proposta de Khomeini assumiu uma forma vaga. Ele de fato pretendia que a lei fosse restaurada (ela tinha sido abolida pelo Xá), mas não disse em que condições. De qualquer for-

ma, suas palavras foram seguidas radicalmente por grupos religiosos fanáticos, que passaram a agredir as mulheres «desonestas» nas ruas, e a impedir que elas fossem trabalhar sem o véu.

É preciso fazer uma ressalva importante. Em primeiro lugar, o movimento das mulheres iranianas, ao contrário do que os jornais ocidentais deixaram entender, não está situada no vazio, mas dentro da revolução iraniana. Dessa forma ele tem contradições profundas. Ele não é uma simples luta pela «modernização», mas é e foi uma luta contra o regime despótico do Xá — ao lado de todas as outras forças que saíram às ruas. Além disso ele está comprometido com os religiosos. A modernização que as mulheres, ou pelo menos boa parte delas quer, é uma modernização dentro da tradição islâmica e da cultura iraniana. Não é uma simples modernização como o Xá fez, sem qualquer consulta democrática às aspirações das mulheres. De 1966 a 1976 o consumo de artigos de beleza no Irã cresceu 500 vezes. Mas isto não representa «modernização» nenhuma.

O setor mais progressista das mulheres exige democracia: se isso não for compreendido, não é possível entender a luta das iranianas. Para obter «essa democracia e a sociedade sem classes», dizem as líderes do movimento, «é preciso mobilizar as mulheres, levá-las à luta por seus direitos e pelos direitos dos trabalhadores».

Como disse uma das mulheres, «nós queremos ter o direito de decidir por nós mesmas se queremos ou não usar o véu». Explicou também: entre a mulher tradicional e a mulher moderna que vive segundo os esquemas ocidentais, nós queremos escolher livremente nossa identidade.

E, uma primeira vitória já foi conquistada ao final destes 5 dias de luta: elas obtiveram de Khomeini o direito de decidir se querem ou não usar o véu.

Nosso corpo - parte 3

Destá vez, vamos conhecer mais um método contraceptivo, o DIU - Dispositivo Intra-Uterino, também conhecido no Brasil como "aparelhinho".

É importante que nós, mulheres, conheçamos todos os métodos contraceptivos, para que possamos fazer uma escolha livre e segura de qual método adotar, sempre sob orientação médica, garantindo assim uma vida sexual sadia e evitando uma gravidez indesejada.

O DIU é um pequeno objeto que se coloca dentro do útero. Durante todo o tempo que o DIU permanece no local, evita a gravidez, porque muda o ambiente normal dentro do útero. Ele evita a fixação de um óvulo no útero, podendo ficar de 2 a 5 anos, se o organismo suportar.

TIPOS DE DIU

Há muitos tipos de DIUs, mas descreveremos apenas os mais eficazes.

DIUs de plásticos: são espirais de plástico branco, de formas e tamanhos diferentes.

Há também DIUs de cobre, tais como o T de cobre e o S de cobre, que é bastante pequeno e é ideal para mulheres que nunca ficaram grávidas. O cobre funciona como espermicida, ou seja, mata os espermatozoides.

Mas o seu efeito termina depois de 2 anos, prazo em que o DIU tem que ser retirado. É uma invenção recente e não se sabe ainda quais os efeitos que o cobre pode causar à saúde da mulher.

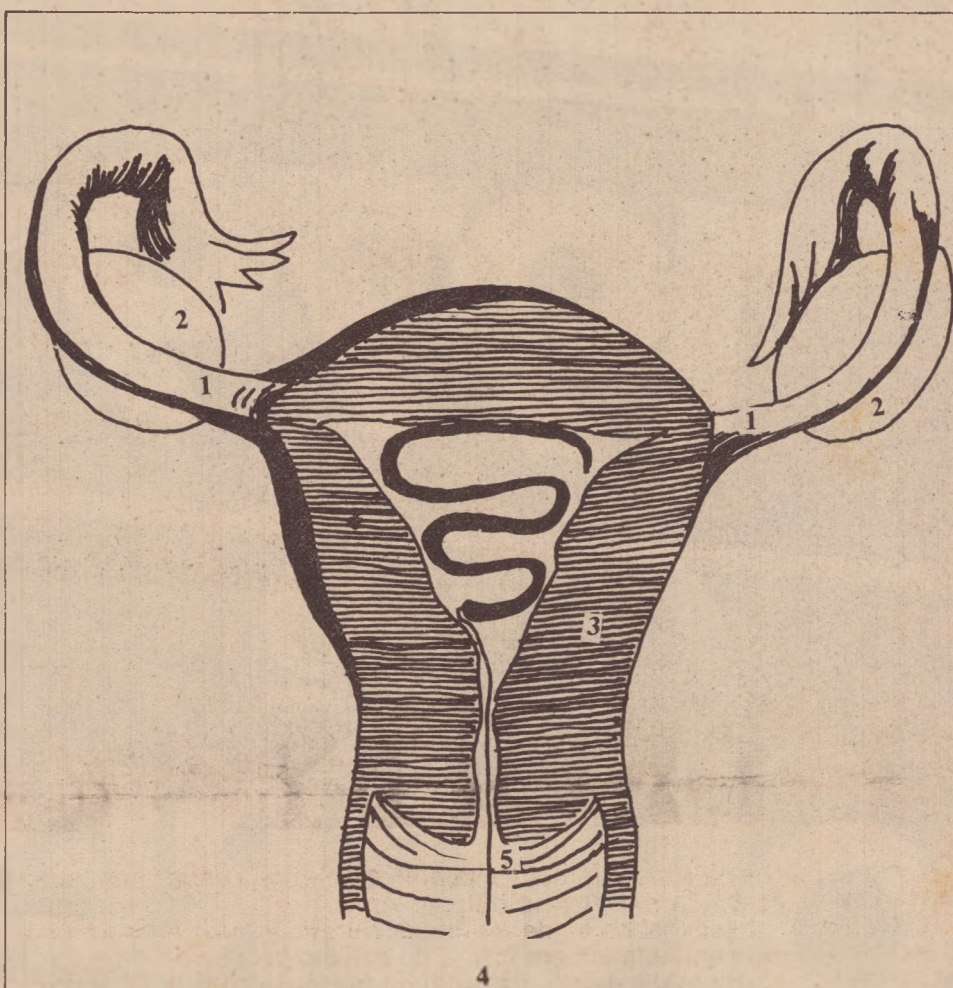
COMO SE COLOCA?

Antes de colocar o DIU a mulher deve fazer um exame ginecológico completo, para estar certa de que o colo do útero, o útero, as trompas e os ovários estão em condições normais de saúde.

O DIU é colocado dentro do útero através do colo do útero. A abertura do colo do útero é mais estreita do que um lápis, portanto não é possível empurrar o DIU na sua forma normal. Por isso, o DIU vem dentro de um tubo.

Depois de colocar o espéculo para a abertura da vagina, o médico coloca o tubinho, que contém o DIU, enfiando-o pelo orifício do colo do útero até chegar ao corpo do útero. Logo que isso acontece, o DIU é empurrado para fora do tubo e para dentro do corpo do útero por um aplicador, tomando assim a sua forma lá dentro, como se vê no desenho.

A colocação é muito simples e rápida, mas por vezes, um pouco dolorosa. Quando o DIU toca as paredes do útero pela primeira vez, sentem-se cólicas parecidas com as cólicas menstruais. As



DIU (dispositivo intra-uterino)

- 1 trompa da falópio
- 2 ovário
- 3 útero
- 4 vagina
- 5 colo do útero

mulheres que já tiveram filhos não sentem quase dor. Mas as que nunca tiveram filhos, como têm o orifício do colo do útero mais fechado e o útero pouco desenvolvido, sentem mais dor.

Depois da colocação do DIU, a mulher ainda terá cólicas durante algum tempo: se forem muito dolorosas, pode-se tomar um comprimido para dores. Mas se continuarem por muito tempo e forem insuportáveis, deve-se voltar ao médico para retirar o DIU. Todos os DIUs tem um pequeno cordão de náilon que desce pelo orifício do colo do útero e fica no fundo da vagina. O cordão é tão fino que nem pode ser sentido durante o ato sexual. Porém a mulher deve verificar pelo menos uma vez por semana, se o cordão

ainda está lá, é só enfiar 1 ou 2 dedos dentro da vagina e senti-lo. Em especial nos dias da menstruação é preciso verificar se o DIU não saiu junto com o sangue, pois o colo do útero alarga e pode expulsá-lo automaticamente. Se a mulher não puder sentir o cordão, deve voltar ao médico que o colocou, para verificar.

EFICÁCIA

O DIU é menos eficaz que a pílula. Entre 1000 mulheres que usam o DIU, 3 ou 8 ficam grávidas; mas depois de um ano de uso, há menor risco de gravidez, de 2 a 3 em 100. Os DIUs são mais eficazes para mulheres que

já tiveram filhos e que têm mais de 30 anos.

RETIRADA DO DIU:

Quando a mulher desejar, o DIU poderá ser facilmente retirado pelo médico. Ela nunca deverá tentar retirá-lo sozinha, pois pode partir o fio de náilon que está na vagina.

EFEITOS SECUNDÁRIOS:

Pequenos efeitos secundários podem aparecer:

- maior sangramento durante a menstruação; caso seja muito forte deve-se voltar ao médico que colocou o DIU;
- sangramento irregular ou alguns pingos de sangue entre as regras;
- cólicas fortes na primeira menstruação depois da colocação.

Caso haja cólicas muito fortes e constantes, desde o dia da colocação do DIU, deve-se ir ao médico e retirá-lo.

COMPLICAÇÕES SÉRIAS:

As mulheres que tiveram alguma inflamação do útero ou das trompas, devem fazer um exame completo e estar seguras de que a inflamação já desapareceu, antes de colocar o DIU. A mesma coisa devem fazer as mulheres que já tiveram uma ferida no colo do útero.

DESVANTAGENS:

Qualquer mulher que usa o DIU, depois de duas semanas de atraso da menstruação, deve fazer teste de gravidez e procurar imediatamente o médico ginecologista.

Alguns estudos mostram que entre as mulheres que usam o DIU e ficam grávidas, há grande número de abortos naturais e hemorragias. Portanto, se a mulher quer ter uma criança e usa o DIU, deve procurar o médico para retirá-lo, antes de engravidar.

1979:

1º

**CONGRESSO
DA MULHER
PAULISTA**

1º CONGRESSO DA MULHER PAULISTA

Para discutir o temário do Congresso: trabalho doméstico, discriminação no trabalho e profissionalização, controle da natalidade, sexualidade, falta de creches e participação política da mulher, nos dividimos em pequenos grupos. As discussões nestes grupos eram depois apresentadas em plenário. Para orientar nossas discussões abria o tema uma apresentação rápida, por parte de alguma das participantes. O BM apresenta nesta página relatórios de alguns grupos.

Se ficar o bicho pega, se correr o bicho come

"Nós vimos no nosso grupo que a educação que a mulher recebe diz que sexo é sujeira, é pecado. Não é coisa de mulher direita. E além disso com todo o cansaço que a gente chega do trabalho, muitas vezes fazendo horas extras, é impossível alguém ser boa na cama.

Uma companheira do nosso grupo contou que é casada há 30 anos. A família dormia toda no mesmo quarto, e só quando as crianças dormiam é que o marido vinha procurar. Ele se realizava, depois virava para o lado e dormia. Ela nunca. Não tinha diálogo nenhum com o marido. Nós mulheres ainda temos vergonha de dizer que não estamos sentindo prazer ou que não estamos a fim.

Ninguém ensina nada para as meninas. Eu não tenho vergonha de dizer que casei com 16 anos, e, pensava que filho nascia pelo umbigo.

Um companheiro do grupo disse: Quando casei, pela educação que recebi, era só chegar lá, subir em cima, meter bronca e acabar. A própria companheira começou a travar uma intensa luta, dizendo: assim não dá, meu chapa, eu também quero entrar nesse processo. Aí, tive que mudar.

A mulher não tem garantias, nem para ter, nem para evitar. Não tem escolha, se ficar o bicho pega, se correr o bicho come. Se resolve evitar filho, o que acontece? Quase todos os métodos anticoncepcionais fazem mal. Mas fazem muito mal se tomados sem orientação do médico. E é claro que hoje a mulher operária não tem atendimento médico. É na mulher pobre, que já tem anemia ou outros problemas, que estão dando pílulas ou colocando DIU. Isto está ferrando com a saúde da mulher, quer dizer ela está sempre a beira da morte: evitando ou tendo. Porque na hora de ter vai cair na mão da parteira, como acontece no interior. Mas, aqui na cidade, não é muito melhor, todo mundo sabe como é o INPS.

Se a mulher não quiser ter mais filhos, se quiser se esterilizar, o que acontece? Ocorre como uma companheira do gru-

po, que queria ligar as trompas, e sabe qual a resposta do INPS? Não liga, porque tem que pagar.

Discutimos também a questão do aborto. A gente resolveu não perguntar quem é a favor, ou quem é contra. Isto é uma questão da cabeça de cada uma, e não temos tempo neste congresso para discutir isso. Mas não adianta fugir da realidade. Fugir de ver o que está acontecendo. Quantas mulheres não morrem porque caem nas mãos de curiosas? Ou então ficam indo de farmácia em farmácia, tomando remédios que arrebentam com a saúde da mulher. Nós achamos que deveria ter aborto legal, assim deixava de ter uma indústria de aborto e as mulheres teriam mais condições. Mas, tem de ser gratuito, porque não interessa aborto legal sem que a mulher pobre não possa fazê-lo, porque não pode pagar."



Tirar a carapuça de ser só mãe

"A mulher tem que se libertar primeiro de dentro de casa. Tirar a carapuça que mulher é só para ser mãe, para criar os filhos e não sair disto. Temos que dar valor a nós como mulheres, participando ativamente, não só formando número nos movimentos, mas levar neles nossas reivindicações.

As mulheres tem se organizado no local de trabalho, ou onde mora. Vencendo os medos e as barreiras que não são poucas. O Movimento do Custo de Vida, as eleições, as greves mostraram que o movimento de mulheres começa a tomar fôlego, deixou de ser "um caso de polícia". Porém, devemos participar cada vez mais em todos os movimentos de oposição e levantarmos nossas reivindicações específicas. Estaremos assim contribuindo na luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, por direito de se organizar e expressar livremente. Lutando assim por liberdades democráticas."



8 de Março de 1979. Na cidade de São Paulo encerrou-se o 1º Congresso da Mulher Paulista. É o marco de uma nova etapa da nossa luta. Éramos 900 mulheres que debatemos corajosamente, durante 2 dias, os problemas que vivemos diariamente. Pela primeira vez conseguimos conversar, todas juntas, mais intimamente o nosso dia a dia. Percebemos então o quanto o cotidiano é comum à maioria de nós: as péssimas condições de vida e trabalho que enfrentamos, juntamente com a maioria do nosso povo, agravadas e aumentadas pela condição específica de sermos mulheres.



As primeiras a serem despedidas e as últimas a serem empregadas

"...E, como marido ganha pouco, a mulher vai trabalhar fora. O dinheiro que ela vai ganhar, ela não vê como ordenado, é só um bico para ajudar o salário do marido. A maioria das mulheres não tem profissão. O que elas sabem fazer é o que fazem em casa: lavar, passar, cozinhar, etc. É este serviço que procura lá fora. As vezes, vai buscar serviço na fábrica para fazer em casa. Então, não é registrada, não tem INPS. É um subemprego.

Quando ela vai trabalhar nas fábricas, os patrões usam as mulheres para enfraquecer e dividir a classe. Pagam menos a elas. Se os homens não aceitam trabalhar por um certo salário, tudo bem, contratam mulheres por um salário menor, e tudo fica a mesma coisa. Então nosso grupo saiu a seguinte discussão: será que a mulher é boboca? Por que será que ela aceita trabalhar ganhando menos?

O que a gente viu foi o seguinte as mulheres têm pouca experiência de trabalho na fábrica, não conhecem as manhas das firmas. O homem faz o mesmo trabalho que a mulher, só que ele é "A", e eu sou "B", então ganho menos, fazendo o mesmo trabalho.

Outro problema sério: por não ter especialização, nós somos as primeiras a ser despedidas e as últimas a ser empregadas.

Quando a mulher quer se profissionalizar é difícil. Os cursos são caros e os salários baixos. E, além do mais, tem exame de seleção para entrar no SENAI, por exemplo. O exame é rigoroso, e os operários, principalmente as mulheres, quase nunca têm ginásio. E ainda tem profissões que são só para homens. Tem um exemplo, no nosso grupo, de uma companheira que fez concurso no SENAI para

ajustador. Ela passou mas não deixaram fazer matrícula. O que eles disseram é que mulher iria criar problemas na oficina.

E tem mais, que é a utilização de sexo. O chefe obriga as meninas a saírem com ele. A mulher deve sair com o chefe se ELA QUISER, não obrigada, entrando no esquema de prostituição.

As mulheres mais vistosas e bonitas conseguem emprego mais facilmente que as outras. Ora, mulher não é objeto para ser posto na vitrine, é gente! É trabalhadora!

Como vamos fazer com tudo isso? Vai ficar tudo assim? Temos que mudar esta situação. É preciso que a mulher participe das lutas também no trabalho. É necessário um departamento feminino nos sindicatos. Isto não divide a classe, pelo contrário: motiva a mulher a participar fortalecendo a luta dos trabalhadores. Nesse departamento será mais fácil discutirmos as nossas reivindicações, que serão levadas para as assembleias para que juntos homens e mulheres, lutemos pelos nossos problemas".

Trabalho Doméstico é Trabalho Sim!

"Trabalho doméstico é trabalho? Esta foi nossa primeira pergunta. Todas nós dissemos que sim. É monótono e sufocante, não tem descanso. Mas todo mundo acha que não é trabalho. Inclusive nossos maridos.

Se alguém pergunta: você trabalha? A resposta é sim, trabalho em casa. Então o que nos dizem é que você não trabalha! Para nós este trabalho nem parece trabalho, parece mais escravidão.

As mulheres da roça são como escravas... Porque trabalham na roça o dia todo. Quando chegam em casa tem de cuidar dos filhos, do marido, tirar água do poço, fazer comida. Mas aqui na cidade é a mesma coisa. A mulher chega da fábrica, da ofi-

cina ou da loja e tem que trabalhar em casa. O marido também chega cansado. Mas não ajuda no serviço de casa porque não é trabalho, é coisa de mulher. Então a mulher acaba trabalhando dobrado.

Nós nos perguntamos se a mulher deveria receber um salário pelo trabalho doméstico. Mas então quantos salários a mulher tinha que receber? De lavadeira, de faxineira, de cozinheira...

O trabalho doméstico tão desvalorizado, que nem o trabalho de ter filhos é considerado trabalho. Nós achamos que criar filhos para o Brasil é trabalho sim!

A mulher, além de ter filhos sem as mínimas condições, depois que eles nascem não tem onde deixar quando vai trabalhar. Não tem creches, nem nos bairros nem onde a gente trabalha.

Mas como vamos solucionar esses problemas? O sapato está apertando é na gente. Temos que lutar por creches, por lavanderias públicas, restaurantes públicos para não precisar fazer comida em casa. Se isso tem nos outros países, por que não tem aqui?

As creches que a gente quer é da Prefeitura ou do Estado. E não só até seis anos e meio, mas até os doze anos, e para as crianças aprenderem um ofício".



1º CONGRESSO DA MULHER PAULISTA

Documento Oficial do 1º Congresso da Mulher Paulista

Marginalizadas no trabalho, sem condições mínimas de ter e educar nossos filhos, fazendo o verdadeiro milagre de conseguir, com os baixos salários e as péssimas condições de nossos bairros, garantir que os trabalhadores, de hoje e de amanhã, possam trabalhar e produzir, nós, mulheres brasileiras, sofremos duplamente todas as consequências de miséria e opressão a que está submetida a maioria do povo.

O desemprego, problema geral da população, no nosso caso é ainda mais sério. Não conseguimos ter uma profissão. Somos educadas apenas para executar as tarefas domésticas e ser mãe. Só conseguimos emprego com salários mais baixos que os homens e só nas profissões e cargos mais desvalorizados. E mesmo quando conseguimos um trabalho fora de casa somos obrigadas a fazer, além dele, todas as tarefas domésticas — o eterno lavar, cozinhar e cuidar dos filhos. Não temos onde deixá-los quando saímos para o trabalho, pois não nos dão creches e escolas em quantidade suficiente e de qualidade que nos tranquilizem, como se fôssemos as únicas responsáveis pelo cuidado de nossos filhos.

E tem mais: nosso trabalho é utilizado de acordo com os interesses de lucro dos patrões e do Estado. Por isso, somos as últimas a conseguir emprego e as primeiras a ser despedidas. E o nosso trabalho doméstico, necessário para toda a sociedade, não é valorizado, muitas vezes, nem pelo nosso companheiro.

Mesmo para ser mãe — a tão falada função principal da mulher — não contamos com as mínimas garantias. Pois, quando estamos grávidas, corremos o risco de não chegarmos ao término da gestação, em função do nosso precário estado de saúde e falta de assistência médica. Por outro lado, se estamos empregadas, nos ameaçam com a demissão no emprego. E não adianta sair em busca de outro:

os patrões não aceitam as mulheres grávidas.

Se resolvemos evitar filhos, não encontramos métodos anticoncepcionais garantidos. O uso indiscriminado das pílulas, sem nenhuma assistência médica, é abertamente promovido pelo governo. Quando ocorre uma gravidez indesejada, o único recurso é se submeter à indústria clandestina do aborto ou a curiosas que, utilizando sondas ou outros meios mais grosseiros, põem em perigo as nossas vidas.

Completando o quadro da nossa situação de discriminação e opressão, existem ainda os preconceitos tradicionais divulgados, de que nós não temos direito ao prazer sexual e que nossa função no sexo é, unicamente, ter filhos.

Aliado a isso, a falta de moradia — dormindo toda a família no mesmo quarto ou na mesma cama — e o trabalho absorvente a que estão submetidos tanto a mulher quanto o homem, não nos permitem o direito ao prazer sexual.

Apesar disso, rompemos nosso isolamento e saímos para a luta como estão fazendo também outros setores oprimidos da sociedade. Assim, desde o início nos organizamos em pequenos grupos de mulheres (Clubes de Mães, Associação de Donas de Casa, grupos femininos e, mais tarde, imprensa e grupos feministas) discutindo e denunciando os nossos problemas específicos e a situação do bairro em que vivemos e nos propondo a ações concretas em torno dessas questões.

Foi a partir da mobilização das donas de casa de periferia que surgiu e cresceu nacionalmente o movimento contra a carestia. Iniciamos também em 75 a campanha pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita a todos os brasileiros presos e perseguidos por motivos políticos. Em 78, quando as lutas dos operários e trabalhadores em geral ganharam as ruas, nós mulheres, tivemos um papel de destaque no

Entidades organizadoras do Congresso: Associação de Mulheres, Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, Associação das Donas de Casa, Frente Nacional do Trabalho, Departamento Feminino da Casa da Cultura de Guarulhos, Movimento do Custo de Vida, Clube de mães, Oposição Sindical Sabesp/Cetesb, Serviço de Orientação Familiar, Nós Mulheres, Sociedade Brasil Mulher



movimento grevista de operários, professores, bancários, etc.

A participação em todos esses movimentos populares nos deu força e possibilitou a ampliação do movimento por nossas reivindicações específicas, cujo ponto de partida foi este nosso 1º Congresso.

E porque neste Congresso, pela primeira vez e juntas, conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto esse cotidiano é comum a todas nós. E sentimos o despertar da solidariedade e da força que pode ter a nossa união diante de nossos problemas.

De repente, pela primeira vez, sentimo-nos orgulhosas de nossa condição de mulher — já não mais mulheres isoladas e impotentes ante a situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar a sua sorte.

E, em todos os grupos do Congresso, percebemos, mais uma vez, que os nossos problemas não se resolverão enquanto não mudar esta sociedade em que vivemos. Por isso, interessa também a nós, mulheres, mudá-la, porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos. Por isso, decidimos fortalecer os movimentos mais conseqüentes da sociedade não mais para aumentar apenas o número de pessoas que eles agregam, ou para desempenhar as tarefas de interesse geral, que "os outros" não têm tempo de fazer: propomo-nos, daqui para frente, atuar ainda mais nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando também para dentro deles nossas reivindicações específicas e fazendo com que seus componentes assumam e lutem também pelas creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de

trabalho e de formação, socialização do trabalho doméstico.

Apoiaremos esse movimentos não mais como companheiras, mas como mulheres orgulhosas de sê-lo, como companheiras que também têm suas lutas específicas que a todos devem interessar.

As reivindicações que levantamos foram muitas e todas elas serão objeto de nossa luta. Mas, neste primeiro momento, vamos construir a nossa unidade em torno de uma luta por 3 pontos:

1º) CRECHES — totalmente financiadas pelo Estado e empresas, próximas aos locais de moradia e trabalho, que não sejam meros depósitos de crianças e que contem com a participação dos pais na orientação pedagógica.

2º) Pela Equiparação Salarial, por trabalho igual, salário igual. Por melhores salários para todos os trabalhadores.

3º) Contra o Programa de Prevenção de Gravidez de Alto Risco — pelo direito e condições sociais que permitam realmente optar por ter ou não filhos em bom estado de saúde e demais garantias de vida.

Portanto, nossa luta é:

Por melhores salários para todos os trabalhadores

Pelo direito de greve.

Por equiparação salarial de homens, mulheres e crianças;

Contra o trabalho noturno para ambos os sexos.

Que as empresas aceitem pessoas com mais de 35 anos.

Por melhores condições de vida, moradia e trabalho;

Pela profissionalização das mulheres;

Pela oportunidade de trabalho para mulheres casadas;

Pela garantia de emprego para a gestante e que as mulheres não sejam obrigadas a provar que não estão grávidas quando vão ser admitidas no emprego;

Pelo fim da educação repressiva e diferenciada entre os sexos;

Contra o uso de contraceptivos sem assistência médica regular e freqüente;

Pelo direito de termos filhos que desejarmos;

Pela instalação de creches gratuitas próximas aos locais de moradia e trabalho;

Pelo direito de se organizar e expressar livremente;

Pela anistia ampla geral e irrestrita.

